

cadernos  
**IHU**  
ideias

## Inclusão e Biopolítica

Maura Corcini Lopes  
Kamila Lockmann  
Morgana Domênica Hattge  
Viviane Klaus



Os *Cadernos IHU ideias* apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.



cadernos **IHU** ideias

## **Inclusão e Biopolítica**

Maura Corcini Lopes

Kamila Lockmann

Morgana Domênica Hattge

Viviane Klaus

**ano 8 • nº 144 • 2010 • ISSN 1679-0316**

 UNISINOS

INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS**

*Reitor*

Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

*Vice-reitor*

José Ivo Follmann, SJ

**Instituto Humanitas Unisinos**

*Diretor*

Inácio Neutzling, SJ

*Gerente administrativo*

Jacinto Aloisio Schneider

**Cadernos IHU ideias**

Ano 8 – Nº 144 – 2010

ISSN: 1679-0316

*Editor*

Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

*Conselho editorial*

Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta – Unisinos

Prof. MS Gilberto Antônio Faggion – Unisinos

Profa. Dra. Marilene Maia – Unisinos

Esp. Susana Rocca – Unisinos

Profa. Dra. Vera Regina Schmitz – Unisinos

*Conselho científico*

Prof. Dr. Adriano Naves de Brito – Unisinos – Doutor em Filosofia

Profa. MS Angélica Massuquetti – Unisinos – Mestre em Economia Rural

Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci – USP – Livre-docente em Sociologia

Profa. Dra. Berenice Corsetti – Unisinos – Doutora em Educação

Prof. Dr. Gentil Corazza – UFRGS – Doutor em Economia

Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel – UERGS – Doutora em Medicina

Profa. Dra. Suzana Kilpp – Unisinos – Doutora em Comunicação

*Responsável técnico*

Antonio Cesar Machado da Silva

*Revisão*

Isaque Gomes Correa

*Secretaria*

Camila Padilha da Silva

*Editoração eletrônica*

Rafael Tarcísio Forneck

*Impressão*

Impressos Portão

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Instituto Humanitas Unisinos*

Av. Unisinos, 950, 93022-000 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.35908223 – Fax: 51.35908467

**www.ihu.unisinos.br**

## INCLUSÃO E BIOPOLÍTICA

*Maura Corcini Lopes  
Kamila Lockmann  
Morgana Domênica Hattge  
Viviane Klaus*

O presente texto se caracteriza não só pelo tema que desenvolve, mas por ter sido construído por várias mãos. Foi escrito por pesquisadoras do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi), registrado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O Gepi é formado por pesquisadores de diferentes instituições, todos com o objetivo de aprofundar estudos e pesquisar a temática da inclusão em seus distintos vieses – alguns voltados para as práticas escolares, outros para a inclusão social e as práticas de assistência social, empreendedorismo e empresariamento, mas todos dentro do campo da educação.

A proposta de trabalho do grupo é a de submetermos a temática da inclusão a tensionamentos. Entendemos inclusão como um imperativo (por isso considerado necessário) dentro de uma lógica de Estado neoliberal e buscamos olhar para seus usos, considerando seu caráter construído e arbitrário.

Ao partirmos dos usos das palavras inclusão e exclusão nos cenários político, social e educacional brasileiros contemporâneos e ao reapresentarmos a discussão da in/exclusão e, de certa forma, ao criarmos mais usos para os termos, objetivamos focar e problematizar as práticas discursivas e não discursivas que as inscrevem em jogos de veridicção. Jogos mobilizados pelo crescimento econômico e pela demanda de mercado, aliados às ações gerenciais de Estado. Interessam-nos as respostas dadas pelo Estado para situações de crise, de miserabilidade humana vividas por partes da população brasileira e de inúmeras discriminações negativas geradas na concorrência entre indivíduos e empresas.

Diferentemente dos estudos sobre a temática da inclusão que estão associados a um campo de conhecimento específico, ou que se colocam na militância pró-inclusão, não propomos fa-

zer uma leitura contra a inclusão ou a favor dela. Queremos, a partir das leituras que fizemos de diferentes práticas de Estado – materializadas em políticas, em pedagogias, no próprio mercado –, fazer uma *crítica radical* à inclusão. Fazer uma *crítica radical* significa exercitar o estranhamento sobre aquilo que é tido como algo naturalmente necessário, bom por si mesmo e que gerará mais qualidade de vida e segurança para todos. Nas palavras de Foucault (2006, p. 180), em entrevista concedida a Didier Éribón:

A crítica consiste em desentocar o pensamento e em ensaiar a mudança; mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto se crê, fazer de forma que isso que se aceita como vigente em si não o seja mais em si. Fazer a crítica é tornar difíceis os gestos fáceis demais. Nessas condições, a crítica – e a crítica radical – é absolutamente indispensável para qualquer transformação.

Fazer uma “crítica radical” significa que temos um compromisso em descrever, analisar e problematizar a inclusão, com a finalidade de desnaturalizar verdades tomadas *a priori* à história e à experiência. Cada vez mais se tornam produtivos os usos dos termos inclusão e exclusão para caracterizarmos situações presentes de discriminação negativa. Porém, o que nos chama a atenção é que, nos usos alargados das palavras ou no uso festejado das mesmas, parece estarmos perdendo o caráter processual, histórico e fronteiro que caracterizavam tanto a exclusão, quanto a inclusão na Modernidade.

Exclusão e inclusão são invenções deste mundo. Invenções datadas dos séculos XVI e XVII. Os usos dessas palavras podem ser associados à miséria vivida por um número muito grande de pessoas dentro do território brasileiro; podem, também, ser associados à designação de limites de fronteira entre o dentro e o fora, assim como podem ser associados às situações de discriminação negativa por razões de raça/etnia, gênero, religião, deficiência, trabalho/emprego, educação etc. Pela etimologia da palavra inclusão, sabemos que essa foi mencionada na Academia dos Singulares de Lisboa, em meados do século XVII, mais especificamente em 1665. Os usos dados para a palavra naquele tempo são distintos daqueles que, por exemplo, podemos encontrar na França dos anos 1990 e no Brasil dos anos 1990 até nossos dias. Atualmente, assistimos a uma ampliação desenfreada dos usos da palavra inclusão. Usa-se a palavra para caracterizar distintas condições de vida e de participação social, cultural, escolar, política etc. Parece que, ao usá-la indistintamente, perdemos parte de sua força política de mobilização.

Na mesma medida do alargamento do uso do termo inclusão, utilizamos o termo exclusão. A palavra exclusão vem do la-

tim *exclusiõonis*, significando “exclusão, ação de afastar; exceção, fim”, do radical *exclúsum*, de *excludere* “excluir”. Em 1550, a palavra exclusão aparece com a mesma grafia, sendo que em 1555 ela sofre mudanças e passa a ser grafada como *esclusão* na língua portuguesa. Guardando as especificidades linguísticas, a noção de afastamento, implicada na ação de excluir o outro pode ser visualizada desde a Idade Média com as práticas de exclusão dos leprosos, como nos mostra Foucault em dois Cursos distintos: *Os anormais* (1975) e *Segurança, território e População* (1978) e nas conferências ministradas no Rio de Janeiro, em 1973, reunidas no livro, *A verdade e as formas jurídicas*<sup>1</sup>. Tais práticas de exclusão, embora apresentem outras facetas mais atuais e coerentes com as dificuldades e limites de nosso tempo, ainda podem ser vistas nos dias atuais, porém articuladas com uma outra forma de vida e de estar no mundo, pautada pelo neoliberalismo de inspiração norte-americana (FOUCAULT, 2008b). Estar excluído, até quase a última década do século XX, era ser ignorado pelo Estado. Não havia conhecimento do Estado sobre parte da população que se caracterizava pelo analfabetismo, pela raça/etnia, pela pobreza absoluta, pela falta de previdência, pela deficiência etc. A última década (de forma mais acentuada) do século XX e a primeira década do início do XXI, são marcadas pela ação do Estado pró-reconhecimento das condições de vida da população. Cada vez mais os levantamentos demográficos buscam atingir a totalidade da população. Para início de conversa, o Estado assume que todos devem estar incluídos nas pesquisas: o morador de rua, que migra de um espaço a outro; os que possuem residência fixa, mesmo que temporária; os sem terra, sem teto, entre outros. Diferentes políticas e ações de assistência buscam, após conhecer a população, atingir aqueles que necessitam equiparar condições de vida para que possam mudar sua condição de participação social e econômica.

As fronteiras que caracterizavam as ações de inclusão e de exclusão se mesclam na atualidade. Se “todos” estão sob o conhecimento do Estado, se diferentes políticas e programas assistenciais dão cobertura para grupos específicos que vivem sob condições precárias ou que ameaçam a si e ao outro, pelo risco que geram, perguntamos: quem são os excluídos na contemporaneidade? Não são mais aqueles ignorados ou os redundantes (BAUMAN, 2005) para o Estado. Mas são aqueles que integram a sociedade em diferentes níveis de participação ou gradientes de inclusão. Diante de tal participação por gradientes de inclusão, torna-se difícil utilizar, em nossas análises, a caracterização de incluído e de excluído de forma separada, pois qualquer sujeito,

---

1 Para aprofundar as discussões referentes aos exemplos desenvolvidos por Foucault (lepra, peste e varíola) e suas relações com a constituição das práticas de in/exclusão na atualidade, sugerimos Lockmann (2010).

dentro de “seu nível de participação” poderá, a todo o momento, estar incluído ou ser excluído de determinadas práticas, ações, espaços e políticas. Diante do exposto, é fácil afirmarmos que exclusão e inclusão são invenções deste mundo. Seus usos tanto podem ser associados à miséria vivida por um número muito grande de pessoas dentro do território brasileiro, quanto podem ser associadas às situações de discriminação negativa por razões de raça/etnia, gênero, religião, deficiência, trabalho/emprego, educação etc. Da mesma forma, podem ser associados a um simples não estar junto em um mesmo espaço e/ou lugar definido por alguns representantes de grupos sociais específicos, como sendo ideal, significativo... O que vale marcar é que, frente a um espectro tão variado de usos, preocupa-nos o esmaecimento da potência política de ambas as palavras.

Com o apagamento dos processos históricos que antes contribuíam fortemente para o reconhecimento do excluído e do incluído, sobram as condições frágeis do presente para podermos olhar, sempre de forma provisória, para aqueles que vivem sob a tensão da in/exclusão. Por isso, em nossos estudos, criamos a expressão in/exclusão, para mostrar aquilo que é peculiar ao nosso tempo, ou seja, atender à provisoriade determinada pelas relações pautadas pelo mercado e por um Estado neoliberal desde a perspectiva do mercado.

Diante dos usos pouco cuidadosos ou pouco rigorosos para as palavras exclusão e inclusão, vistos na atualidade, ou diante das muitas formas da in/exclusão, corremos o risco de analisar acontecimentos presentes e pontuais da mesma forma que analisamos acontecimentos históricos e processuais de exclusão. Para Castel (2007), na maior parte dos casos em que apontamos para alguns sujeitos e usamos para caracterizá-los a palavra “excluído”, estamos falando de “desfiliaados”, ou seja, estamos falando daqueles que sofrem desligamentos tanto no campo do trabalho como no âmbito das relações sociais.

Propomos pensar sobre a inclusão social e a educacional nos dias de hoje, tendo a razão de Estado, desenvolvida por Michel Foucault, como matriz epistemológica. Partimos fundamentalmente de reflexões feitas por Foucault em quatro obras em que o filósofo organiza suas ideias: *A verdade e as formas jurídicas*; *Os anormais*; *Segurança, Território e População*; e *Nascimento da Biopolítica*. Partimos, também, de duas obras de Robert Castel para entendermos o conceito de exclusão em uma dimensão histórica, bem como em uma dimensão contemporânea/presentificada: *Discriminação negativa* e *Desigualdade e a questão social*.

Ancorados, principalmente nestes autores, os pesquisadores do Gepi afirmam que na Contemporaneidade, a inclusão ocupa lugar de *imperativo de Estado*. *Imperativo* porque o Esta-



do toma a inclusão como um princípio categórico que, por ser assumido como evidente por si mesmo, é imposto de formas diferenciadas e de acordo com hierarquias de participação, a todas as formas de vida, sem exceção. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde, compatível com seu nível e sua rede de relações, pressupõe fazer investimentos para que a situação presente de pobreza absoluta, de falta de educação básica e de saúde, talvez se modifique em curto e médio prazos. De igual modo, pressupõe fazer investimentos para que a situação daqueles já beneficiados por uma cultura econômica e social local e global permaneça em condições de empreendimento em suas redes de relações. A promessa de mudança de *status* dentro de relações de consumo (uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta), articulada ao desejo de mudança de condição de vida, é fonte que mantém o Estado na parceria com o mercado e que mantém a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo (LOPES, 2009). Afinal, no jogo do mercado, o *Homo oeconomicus* e a sociedade civil formam parte de um mesmo conjunto de tecnologias da governamentalidade (FOUCAULT, 2008b).

Colocadas as balizas iniciais que devem orientar a leitura de nosso texto, passamos a apresentar os dois exercícios analíticos que empreendemos aqui para mostrar parte das pesquisas desenvolvidas no grupo. No primeiro título – *Políticas de assistência social: Estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco social* –, discutimos as políticas de assistência social no Brasil e a forma como estas operam sobre a população. Ao entendermos tais políticas como parte integrante de programas de assistência e de inclusão sociais, realizamos um exercício analítico do documento *A Política Nacional de Assistência Social*, produzido em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No segundo título – *Implicações entre neoliberalismo, inclusão e gestão* –, discutimos que a inclusão na atualidade torna-se um imperativo de Estado e é colocada em funcionamento, gestada, “administrada” através do princípio da gestão. Para tal, abordamos alguns elementos importantes da lógica neoliberal dentre os quais destacamos: o empresariamento da sociedade, a produção de sujeitos empreendedores (sujeitos empresários de si mesmos), a reconfiguração do papel do Estado e a forma como a inclusão escolar é colocada em funcionamento através da gestão, mobilizando a produção de subjetividades inclusivas.

## 1 Políticas de assistência social: estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco social

Com o objetivo de analisarmos e de discutirmos a inclusão a partir das políticas de assistência social no Brasil, buscamos entender como estas, quando articuladas em programas governamentais de assistência, operam sobre a vida da população. Para tanto, analisamos o documento *A Política Nacional de Assistência Social* produzido em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tal documento busca “transformar em ações diretas os pressupostos da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS –, por meio de definições, de princípios e de diretrizes que nortearão sua implementação, cumprindo nova agenda para a cidadania no Brasil” (BRASIL, 2004, p. 4). Utilizando os estudos de Michel Foucault, foi possível compreender, no decorrer das análises, as políticas de assistência social como estratégias biopolíticas de gerenciamento do risco social, pois elas objetivam garantir a segurança da população através dos programas e ações que colocam em funcionamento.

Atualmente, podemos perceber que tais políticas vêm se proliferando no Brasil nos últimos anos. Não são poucos os benefícios e programas sociais disponibilizados atualmente para a população carente, assim como também não é pequeno o número de famílias beneficiadas. Além disso, esses números crescem consideravelmente. No Brasil, em 2002 tínhamos o equivalente a 8,2 milhões de famílias que recebiam o benefício financeiro intitulado Bolsa Escola<sup>2</sup>; atualmente o número de famílias beneficiadas pela Bolsa Família chega a quase 12 milhões. Além do conhecido Bolsa Família, há uma variedade de outros benefícios existentes como, por exemplo, o Pró-Jovem, o Pró-Uni, Vale-Gás, Fome Zero, Salário-Desemprego, Bolsa para Egressos da Fase, Vale-Cultura, Auxílio-Reclusão, Bolsa Copa, Bolsa Olímpica e o Plano Nacional Banda Larga, ainda em estudo e discussão. Esses programas sociais objetivam auxiliar aquelas camadas da população brasileira que não conseguem, por si mesmas, gerenciar suas vidas ou prevenir os riscos da sua própria existência. Todas essas ações podem ser vistas como políticas de inclusão social que pretendem não só assegurar as necessidades básicas de sobrevivência desses sujeitos, mas, ao mesmo tempo, incluí-los nos jogos do mercado, gerenciando e prevenindo os possíveis riscos que essas camadas da população podem produzir para a vida coletiva.

---

2 O programa Bolsa Escola foi ampliado para Bolsa Família em 2003.

### 1.1 A produção de saberes sobre a população: conhecer para governar

*Há sempre um número demasiado deles.  
“Eles” são os sujeitos dos quais devia haver menos  
– ou, melhor ainda, nenhum.  
E nunca há um número suficiente de nós.  
“Nós” são pessoas das quais devia haver mais.*  
Bauman Zygmunt

Eles – os outros, os indesejáveis, os perigosos, os inadequados, os diferentes, os deficientes, os anormais. Nós – os mesmos, os desejáveis, os adequados, os iguais, os normais. Posições, classificações e invenções de um mundo habitado por um desejo incessante de ordem. A Modernidade foi um tempo marcado por um desejo de distribuição, ordenação e organização. Através dos conhecimentos científicos que produziu, tentou explicar e categorizar as coisas, os fenômenos e também as pessoas. Esses conhecimentos criaram categorias e subcategorias, cada vez mais minuciosas e detalhadas, que permitiram colocar em operação um exercício de classificação e enquadramento de tudo aquilo que escapa da ordem, do natural, da pureza, da perfeição, enfim, do ideal moderno. Essas incansáveis descrições, que marcam toda e qualquer forma de desvio, funcionam não com o intuito de excluir, segregar ou aniquilar, mas de incluir, conhecer e governar.

A partir disso, pode-se afirmar que a inclusão possibilitou um exercício de aproximação e conhecimento daqueles sujeitos que anteriormente eram afastados, segregados ou excluídos da sociedade. Ao aproximar esses sujeitos, que até então permaneciam do outro lado da fronteira, ao incluí-los na sociedade e nos processos de escolarização, está-se fazendo um exercício de torná-los observáveis, explicáveis e governáveis. Portanto..., incluir, aproximar, conhecer, diferenciar, classificar, normalizar, gerenciar, prevenir, intervir. Enfim, governar. Eis algumas operações colocadas em funcionamento pela inclusão que nos parecem interessantes e produtivas para compreender tal fenômeno na contemporaneidade.

A perspectiva teórica com a qual trabalhamos nos permite olhar para as ações de Estado acerca da inclusão desnaturalizando um certo ar benevolente de respeito, aceitação e tolerância à diversidade, que povoa a maioria dos discursos que circulam na atualidade sobre inclusão escolar ou social. Discursos dessa ordem podem ser encontrados em documentos oficiais do Ministério da Educação, nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas, em várias revistas sobre educação ou ainda na mídia televisiva. Para exemplificar o que estamos afir-

mando, destacamos a seguir alguns excertos encontrados em materiais diversos.

A educação, ao adotar a diretriz inclusiva no exercício de seu papel socializador e pedagógico, *busca estabelecer relações pessoais e sociais de solidariedade, sem máscaras, refletindo um dos tópicos mais importantes da humanidade (...) a abertura para o mundo e para o outro. Essa abertura, solidária e sem preconceitos, poderá fazer com que todos percebam-se como dignos e iguais na vida social* (BRASIL, 2001, p. 25, grifos nossos).

Quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário – como o que está acontecendo com Júnior. Ele pertence a um grupo, é considerado, tem seus direitos fundamentais respeitados e – mesmo sem saber – *colabora para formar adultos mais tolerantes, solidários e responsáveis pelos outros* (Revista Nova Escola, 2005, p. 40, grifos nossos).

Nós professores precisamos refletir sobre as diferentes situações da realidade que existem e *aprender a lidar pedagogicamente com as diferenças, lembrando que todos devem exercer a cidadania* (Projeto Político-Pedagógico, Escola Municipal de Novo Hamburgo, 2002, p. 25, grifos nossos).

Os excertos dos materiais apresentados mostram o quanto enunciações de solidariedade, tolerância e aceitação são recorrentes na atualidade e se fazem presentes em diferentes esferas sociais. Muito mais do que uma proposta solidária, humana e democrática entendemos as propostas inclusivas como uma estratégia de governo das populações que objetivam conhecer todos e cada um com o intuito de conduzir suas condutas no caminho do “bem” e da ordem. Desta forma, pode-se compreender que ao incluir todos os sujeitos, seja na escola, no mercado de trabalho ou na sociedade, a inclusão opera com objetivos bastante definidos, entre eles, garantir a segurança da população por meio da gerência dos riscos produzidos na vida social.

Para desenvolver essas operações, além de simplesmente aproximar esses sujeitos, incluindo-os na sociedade, é necessário desenvolver uma série de saberes sobre a população, sobre suas doenças, sua produtividade, suas regularidades e irregularidades, para saber onde intervir, de modo a governar todas as camadas da população. Tais operações são marcadas pela ação do Estado no reconhecimento das condições de vida da população. Ou seja, incluir, nesse sentido, significa desenvolver um conjunto de práticas que envolvem e submetem os sujeitos à lógica do Estado. Para isso, o saber estatístico passa a ser um instrumento fundamental para o governo da população, uma vez que busca atingir a todos, tornando-os conhecidos e, por isso mesmo, sujeitos às ações governamentais. Sendo as-

sim, percebe-se que para o Estado poder intervir na vida desses sujeitos e para submetê-los às instituições que vigiam e controlam as condições de saúde, educacionais, sociais, etc., é necessário torná-los conhecidos, mapear suas condições de vida e produzir levantamentos demográficos que buscam atingir a totalidade da população.

A construção desses saberes sobre a população colocou os sujeitos em um constante processo de comparabilidade, permitindo estabelecer semelhanças e diferenças, identificando zonas ou grupos de risco, aproximando-os ou afastando-os da média considerada normal, enfim, posicionando-os como normais ou anormais<sup>3</sup> dentro de gradientes de normalidades. Para compreendermos esse processo, torna-se importante discutirmos, mesmo que rapidamente o conceito de norma. A norma pode ser entendida como

(...) um princípio de comparação, de comparabilidade, uma medida comum que se institui na pura referência de um grupo a si próprio, a partir do momento em que só se relaciona consigo mesmo, sem exterioridade, sem verticalidade (EWALD, 2000, p. 86).

Para a norma, não existe exterioridade, nada escapa ao seu abrigo, ela captura todos. Não há determinados sujeitos que se encontram fora do abrigo da norma e outros que estão no seu interior. Todos os sujeitos, sejam eles normais ou anormais, estão na norma, são capturados por ela e, por meio dos saberes produzidos, são classificados, ordenados, comparados e distribuídos. Mesmo aqueles sujeitos que, usualmente, marcamos como marginalizados estão na norma. Por exemplo: os miseráveis e dentro desse grupo todas as suas derivações; os desnutridos pela falta de condições econômicas, de saúde pública e educacionais de provimento de suas vidas; os desempregados que não conseguem trabalho devido a problemas históricos de não terem condições de se tornarem e de se manterem empregados e, nem mesmo, de aprenderem a empresariarem a si mesmos; os drogados que não estão sendo atendidos por programas de recuperação; os meninos de rua que escapam ao controle do Estado e não vão à escola e nem mesmo usufruem de programas que poderiam orientar o desenvolvimento e a educação; os

---

3 O termo "anormal" é utilizado a partir de Michel Foucault (2001) para referir um variado número de pessoas que escapa daquilo que foi inventado e delimitado como normalidade. Não utilizo tal termo para classificar tais sujeitos a partir de sua normalidade ou anormalidade, mas por entender que, independente da nomenclatura que utilizarmos para referir-nos a esses sujeitos, estamos marcando suas diferenças e posicionando-os como (a) normais no interior da norma. Mesmo aquelas terminologias consideradas politicamente corretas, como é o caso de "pessoas com necessidades educacionais especiais", também realizam, através dos saberes que desenvolvem uma operação de classificação.

doentes que, mesmo tendo direito à saúde, não conseguem atendimento no Sistema Único de Saúde do Estado; enfim, entre outros grupos que podem ser classificados como excluídos<sup>4</sup>, também esses, encontram-se sobre o abrigo da norma, pois podem ser nomeados e calculados pela ciência do Estado. Em outras palavras, a norma “permite tirar da exterioridade selvagem os perigosos, os desconhecidos, os bizarros – capturando-os e tornando-os inteligíveis, familiares, acessíveis, controláveis” (VEIGA-NETO, 2001, p. 115).

A norma funciona de formas diferentes nos dispositivos disciplinares e nos dispositivos de seguridade. Os dispositivos disciplinares e os dispositivos de seguridade são diferentes técnicas apontadas por Foucault (2008a) no decorrer de seus estudos sobre as artes de governar. Os dispositivos disciplinares são estratégias que emergem no decorrer do século XVIII para controlar e disciplinar os corpos. Já os dispositivos de seguridade referem-se a estratégias para governar a população a partir do jogo entre liberdade e segurança. É necessário destacar que um dispositivo não exclui ou substitui o outro.

No que se refere a sua relação com a norma, no primeiro caso, há uma ênfase nos processos de normação, ou seja, primeiramente define-se a norma e depois se enquadram os sujeitos como normais ou anormais.

Já nos dispositivos de seguridade, a norma é criada a partir das variações do próprio grupo de indivíduos que ela observa, classifica e normaliza. A partir de tais observações é que se determina a norma para, posteriormente, intervir sobre os sujeitos, submetendo-os a processos de normalização. Aqui a ênfase está na normalização. Portanto, primeiro se observa, depois se cria a norma e, por fim, se intervém para normalizar, normalizar os fluxos que podem atrapalhar o desenvolvimento e a articulação interna e externa a eles.

Nesse caso, é possível notar variações da norma, ou seja, ela não é única, fixa e estável. Ela está sujeita a uma série de alterações e modificações, que não decorrem de um efeito externo, mas das transformações do próprio grupo. Ela captura todos, produz saberes sobre esses sujeitos com o intuito de torná-los

---

4 Acreditamos ser importante demarcar o entendimento que é utilizado nesse trabalho para o termo “excluído”. Segundo Lopes (2009, p. 158), “excluídos são aqueles que escapam a qualquer estatística do Estado, que escapam de atendimentos previdenciários e ou de assistência, que são despejados de seus territórios para serem colocados em lugar algum, que aguardam em asilos o desfecho de suas vidas, que vivem em espaços onde a sua presença não implica em mudança nem do espaço, nem das relações que nele se estabelecem; enfim, excluídos são todos aqueles que, pelo seu caráter de invisibilidade, não perturbam, não mobilizam, não alteram a rotina do mundo”. Portanto, o que as políticas de inclusão social fazem “é transformar os excluídos invisíveis em incluídos anormais” (LOPES, 2009, p. 159) e estes últimos estão previstos pela norma.

passíveis da ação governamental, ou seja, de constituí-los como uma população governável.

Para isso, é necessário que essa população se torne um conjunto regular de ações previstas e de riscos calculados<sup>5</sup>. Sendo assim, a inclusão aproxima os sujeitos da sociedade para constituí-los como uma população que tem suas regularidades, seus riscos próprios, suas ameaças, mas que, estando perto e sendo conhecida, pode ser controlada e governada.

A partir daí é que acreditamos ser possível afirmar que a inclusão pode ser pensada como uma estratégia biopolítica, pois desenvolve diferentes ações para conduzir a vida dos sujeitos no interior de um conjunto denominado população. Rose (1999) destaca duas características importantes para que se possa governar uma população com êxito.

Em primeiro lugar, o governo depende do conhecimento. Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis (...). Em segundo lugar, governar a população exige conhecimento de um tipo diferente. Para se fazer cálculos sobre uma população é necessário enfatizar certos traços daquela população (ROSE, 1999, p. 36).

Assim, as práticas de governmentação somente foram possíveis a partir do aparecimento da estatística, que é esse conhecimento de um tipo diferente, que menciona Nikolas Rose. Ela possibilita calcular os riscos e os acidentes aos quais está submetida uma população; ela levanta um aporte de informações sobre as condições de vida da população, de trabalho, de saúde, de escolaridade etc. Construindo saberes sobre a população, é possível intervir mediante diferentes estratégias que pretendam garantir a seguridade dessa. A estatística passa a ser, então, um instrumento privilegiado de governo, pois, a partir desse saber, realizam-se dois exercícios distintos, porém relacionados entre si. Tem-se:

(...) por um lado, a tabela ou o quadro estatístico que verifica a regularidade de certos acontecimentos; por outro, o cálculo de probabilidades aplicado à estatística, que permite avaliar as hipóteses de ocorrências dos mesmos acontecimentos (EWALD, 2000, p. 89).

---

5 A noção de risco foi desenvolvida por Michel Foucault em seu curso *Segurança, Território e População*. Aqui, o autor desenvolve as noções de caso, risco, perigo e crise. Para este trabalho será utilizado apenas a noção de risco. Esta noção será estabelecida através de cálculos realizados, será expressa por meio de uma estatística e opera na ordem da prevenção. A partir dela, será possível conhecer as necessidades dos indivíduos e calcular seus efeitos tanto em relação à população quanto ao indivíduo.

A primeira levanta informações sobre alguns fenômenos que acometem a população, tentando descobrir como acontecem, por que acontecem, em que condições ou em que locais são mais frequentes, enfim, qual a sua regularidade. A segunda cruza essas informações e procura construir um cálculo de probabilidades sobre a recorrência desses fenômenos. Ou seja, a primeira verifica quando certos fenômenos acontecem e a segunda prevê quando e onde podem voltar a acontecer. Permite, portanto, calcular riscos. Calculando riscos, pode-se intervir mediante diferentes estratégias que têm o propósito de impedir que tais fenômenos aconteçam, ou, pelo menos, de reduzir a sua recorrência.

O uso das estatísticas para pensar estratégias de governamento da população pode ser visualizado no documento *A Política Nacional de Assistência Social*, produzido em 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Nesse documento encontra-se uma análise situacional do nosso país que apresenta uma série de cálculos sobre a população brasileira. Segundo o documento, é necessário demarcar “quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros demandatários de serviços e atenções de assistência social” (2004, p. 7). Para isso, recorre-se à estatística e se produz cálculos intermináveis sobre a concentração de pobreza e indigência em diferentes cidades do país, o número de crianças e adolescentes que se encontra fora da escola, ou que exerce atividades de trabalho, sem ou com remuneração; a porcentagem de mulheres entre 15 e 17 anos com filhos; a concentração da população com mais de 65 anos; a estimativa da população com algum tipo de deficiência; a proporção de famílias com pessoas de referência do sexo feminino, além de um levantamento sobre a renda familiar de diferentes grupos. Cada um desses itens é trazido segundo suas recorrências em determinadas cidades do país. Todo esse arcabouço de informações sobre a população é produzido para identificar zonas de risco que necessitem da intervenção do Estado através, nesse caso, das políticas de assistência social. Segundo o documento, a

(...) política de assistência social na realidade brasileira parte então da defesa de um certo modo de olhar e *quantificar a realidade* a partir de (...) uma visão social de proteção, *o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos*, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. *Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los* (BRASIL, 2004, p. 7, grifos nossos).

Ou seja, é necessário primeiramente construir um conjunto de conhecimentos técnicos sobre a população, para posteriormente criar estratégias de governamento que possam intervir de forma adequada, regulando e gerenciando os riscos a que cada grupo está submetido. Segundo Traversini e Bello (2009, p.



148), “a quantificação vem a ser um modo de esquadrihar e ordenar a vida população. Ao serem catalogadas condutas de um grupo de indivíduos (...), são lançados programas com o objetivo de trazer à ordem esse grupo desviante”. A partir desses cálculos produzidos pela ciência do Estado, sabe-se quais são as maiores necessidades da população, que âmbitos são mais atingidos, quais grupos de pessoas estão mais vulneráveis, em que locais vivem, quanto recebem, como suas famílias se estruturaram, etc. Segundo o documento:

Ao invés de metas setoriais construídas a partir de demandas ou necessidades genéricas, trata-se de identificar os problemas concretos, as potencialidades e as soluções, a partir de recortes territoriais que identifiquem conjuntos populacionais em situações similares, e intervirm através das políticas públicas, com o objetivo de (...) promover impacto positivo nas condições de vida (BRASIL, 2004, p. 28).

É a partir de tais informações que se criam os diferentes programas sociais existentes atualmente no Brasil. Podemos dizer que esses programas são estratégias biopolíticas desenvolvidas pelo Estado com o intuito de agir sobre a vida da população para garantir a ordem e potencializar a vida.

Essas estratégias podem ser relacionadas àquilo que Foucault (1999) denominou “biopolítica da espécie humana”, ou seja, uma tecnologia de gerenciamento do risco social que utiliza diferentes estratégias, entre elas, ousaria dizer, as políticas de inclusão social. A biopolítica é uma tecnologia que inaugura novos mecanismos de intervenção do poder e extração de saber, com a intenção de governar a população e os fenômenos produzidos pela vida na coletividade. Esses mecanismos vão tratar, sobretudo, “de previsões, de estatísticas, de medições globais; (...) de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global” (FOUCAULT, 1999, p. 293). É, portanto, um poder massificante atuando no corpo social, gerenciando e defendendo a ordem pública, diminuindo os riscos de morte e aumentando a intervenção para intensificação da vida.

[A] nova tecnologia que se instala não se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

As políticas de assistência social podem ser entendidas como estratégias biopolíticas que objetivam gerenciar os riscos produzidos pela fome, pela miséria, pelo desemprego, pela doença, pela deficiência, etc. e garantir a seguridade e a proteção

da população. Segundo o documento *A política Nacional de Assistência Social*, a proteção social e a seguridade constituem-se em objetivos centrais dessa política. Nesse documento, entende-se por proteção social

as formas às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações. *Incluo neste conceito, também, tanto as formas seletivas de distribuição e redistribuição de bens materiais (como a comida e o dinheiro), quanto os bens culturais (como os saberes), que permitirão a sobrevivência e a integração, sob várias formas na vida social* (BRASIL, 2004, p. 17, grifos nossos).

Porém, ao mesmo tempo em que o documento destaca o seu caráter de proteção social, também marca a forma como essas estratégias pretendem ser utilizadas para construir sujeitos autônomos, que não se tornem eternos dependentes desses programas. Segundo o documento,

a nova concepção de assistência social (...) pretende desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda não só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica em um incremento das capacidades de famílias e indivíduos (BRASIL, 2004, p. 7).

Além de tais discursos reafirmarem o imperativo da autonomia, objetivando produzir sujeitos autogovernados capazes de prover suas próprias necessidades e conduzir suas próprias vidas, esse conjunto de políticas de proteção social e de assistência encontra-se em estreita relação com uma forma de ser do pensamento político contemporâneo, quando destaca a necessidade de garantir a todos o acesso a bens e recursos. Isso nos possibilita pensar que as políticas sociais, além de objetivarem a diminuição da pobreza, auxiliando as camadas mais carentes da população brasileira, também pretendem inserir todos os sujeitos nas redes de consumo, tornando-os produtivos e fazendo girar as engrenagens do jogo econômico de um Estado neoliberal. A preocupação do Estado direciona-se cada vez mais para uma camada da população que Bauman (2005, p. 52) denomina “consumidores falhos”, ou seja, “(...) pessoas carentes do dinheiro que lhes permitiria ampliar a capacidade do mercado consumidor, e que criam um novo tipo de demanda a que a indústria do consumo, orientada para o lucro, não pode responder nem colonizar de maneira lucrativa”. Segundo o autor, “os consumidores são os principais ativos da sociedade de consumo, en-

quanto os consumidores falhos são os seus passivos mais irritantes e custosos” (BAUMAN, 2005, p. 53).

Para gerenciar essa camada da população brasileira e fazer com que mesmo os “consumidores falhos” possam participar minimamente do jogo do mercado, criam-se e proliferam-se os programas sociais. Esses programas fazem parte de uma racionalidade política atual que opera com o intuito de conduzir as condutas dos sujeitos de acordo com determinados princípios do neoliberalismo. Entre esses princípios, pode-se destacar a necessidade social e política de participação de todos, ou seja, de inclusão de todos. Temos aí, uma das principais regras do jogo neoliberal. Como destaca Foucault:

a sociedade inteira deve ser permeada por esse jogo econômico e o Estado tem por função essencial definir as regras econômicas do jogo e garantir que sejam efetivamente bem aplicadas. (...) *cabe à regra do jogo imposta pelo Estado fazer que ninguém seja excluído desse jogo* (FOUCAULT, 2008b, p. 277-278, grifos nossos).

Com suas palavras podemos perceber que a regra geral que mobiliza o jogo econômico de um Estado neoliberal é a regra da não exclusão das possibilidades de participação do próprio jogo. Assegurar a participação de todos. Garantir o acesso de todos. Não permitir que ninguém seja excluído ou se mantenha fora do jogo. Esses princípios são os mobilizadores das políticas sociais contemporâneas, uma vez que elas se constituem em políticas inclusivas operacionalizadas no interior de uma racionalidade neoliberal.

Nesse sentido, é importante compreender que as políticas sociais não podem mais ser vistas como ações neutras que pretendem apenas ajudar os mais pobres, retirando-os de situações desfavoráveis e contribuindo para a sua inclusão social. Além disso, ou junto com isso tais políticas pretendem governar todas as camadas da população brasileira, incluindo-as nas redes de consumo e garantindo espaços de participação no mercado, onde possam contribuir minimamente para o funcionamento do jogo econômico. “Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos” (FOUCAULT, 2008b, p. 198).

## **2. Implicações entre neoliberalismo, inclusão e gestão**

### **2.1 Uma breve introdução**

O texto anterior teve como foco principal a questão da assistência social na contemporaneidade. Pode-se dizer que o que está em jogo na atualidade – sociedade contemporânea – não é a solução da pobreza, mas o seu abrandamento. A “pobreza ab-

soluta” deve ser gerenciada – uma vez que as pessoas precisam participar do jogo, possuir um patamar mínimo de consumo e integrar às malhas do poder – e a “pobreza relativa” passa a ser uma condição quase que inevitável. Isto se dá porque um dos princípios do neoliberalismo é o de que a economia deve ter suas próprias regras e o social deve ter seus objetivos próprios. Porém, devem ser descolados de tal modo que o processo econômico não seja comprometido ou perturbado pelos mecanismos sociais (FOUCAULT, 2008b).

Podemos perceber aí algumas inversões em relação ao liberalismo e ao Estado de bem-estar social. E foi justamente partindo de algumas destas inversões e mudanças sociais, econômicas e políticas que afetam diretamente nossas formas de ser e de estar no mundo, que construímos este texto que foi dividido em três seções. Na primeira seção intitulada *Liberalismo, neoliberalismo e o imperativo da inclusão*, discutimos que, diferentemente da inclusão moderna – a inclusão de tipos específicos de sujeitos, já identificados pela estatística como excluídos ou em situação de vulnerabilidade social –, a inclusão contemporânea é um imperativo de Estado e um direito universal para qualquer sujeito. Abordamos de forma breve, algumas (des) continuidades do liberalismo para o neoliberalismo que nos permitem compreender a lógica de funcionamento da sociedade atual. Nesta lógica, a inclusão é uma estratégia política fundamental porque, além de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, possibilita a sua circulação e mobilidade, ou seja, procura fazer com que todos participem e permaneçam (pelo maior tempo possível) nas redes sociais e de mercado. Na segunda seção, intitulada *O imperativo da inclusão e o princípio da gestão*, discutimos que a inclusão na atualidade torna-se um imperativo de Estado e é colocada em funcionamento, gestada, “administrada” por meio do princípio da gestão. Para tal, abordamos alguns elementos importantes da lógica neoliberal, entre os quais destacamos: o empresariamento da sociedade, a produção de sujeitos empreendedores (sujeitos empresários de si mesmos) e a reconfiguração do papel do Estado. Partimos do pressuposto de que a transformação do Estado numa grande empresa torna-o muito mais econômico, eficiente, produtivo e lucrativo. É importante ressaltar que, nesta seção, tratamos de forma mais contundente a questão da inclusão escolar. Na terceira e última seção, intitulada *Sobre a produção de subjetividades inclusivas*, discutimos que todos nós circulamos em espaços variados e precisamos nos ocupar dos outros e de nós mesmos. Tal forma de ocupação dos outros e de nós mostra não só a sociedade sendo agenciada pelas políticas de inclusão, como também mostra as formas de sermos capturados individualmente pelo Estado que se regula pelo princípio da inclusão universal em operação por distintas estratégias e ações biopolíticas.

## 2.2 Liberalismo, neoliberalismo e o imperativo da inclusão

*Necessitamos de uma consciência histórica  
da situação presente.*  
Michel Foucault

Como na perspectiva foucaultiana governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros, o governmentamento implica um elemento importante, que é a “liberdade” (no seu sentido moderno), pois “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’” (FOUCAULT, 1995, p. 244). A doutrina liberal precisa de liberdade para poder agir: liberdade de expressão, liberdade de discussão, liberdade de mercado, etc. A elaboração e a intervenção do poder público estão diretamente relacionadas com o princípio da utilidade que indica no que o governo pode mexer e no que o governo não deve mexer. O governo estará preocupado continuamente com o jogo entre interesses coletivos e interesses individuais, entre liberdade e segurança, ou seja, ao mesmo tempo em que a liberdade é produzida – pois o liberalismo é definido no livre jogo dos interesses individuais –, é preciso estabelecer limites e controles a essas liberdades (KLAUS, 2009).

No liberalismo a liberdade é entendida muito mais como espontaneidade do que como liberdade jurídica reconhecida como tal para os indivíduos (FOUCAULT, 2008b), de forma que é preciso deixar as pessoas agirem, falarem, “participarem”. A liberdade aqui tem relação direta com o sujeito de interesse.

Nesta lógica, o jogo entre liberdade individual e segurança coletiva se daria de forma “espontânea, natural”, pois a sociedade havia sido imaginada em função de uma rede de deveres e obrigações na qual os sujeitos eram apanhados à medida que cresciam e conquistavam seus direitos de adultos (BAUMAN, 2000). É justamente este jogo permanente entre liberdade e segurança que colocou em funcionamento a sociedade moderna. Bauman (2008) chama a atenção para o fato de que a busca do equilíbrio entre liberdade e segurança, que é um dos grandes objetivos da Modernidade, talvez seja uma incongruência lógica e uma impossibilidade prática.

Neste contexto, a inclusão tinha como principal pressuposto incluir tipos específicos de sujeitos, já identificados pela estatística como excluídos ou em situação de vulnerabilidade social. Os sujeitos eram posicionados dentro de uma rede de saberes e a diversidade não era potencializada, mas tornada mesmidade em nome do todo social.

Porém, a individualização hoje significa algo muito diferente. No interior desse jogo neoliberal de constituição e de dissolução da sociedade civil, os sujeitos de interesse precisam buscar

de maneira isolada um sentido às suas vidas. A lógica não é mais a da troca, mas a da concorrência. Portanto, há uma otimização dos sistemas de diferença, de forma que o terreno fica livre para os processos oscilatórios e é concedida uma tolerância aos indivíduos e às práticas minoritárias (FOUCAULT, 2008b). Na lógica de concorrência, importa que todos tenham o interesse em permanecer no jogo econômico e manterem-se nas redes sociais e de mercado. A máxima é: todos devem manter-se incluídos pelo maior tempo possível.

Dessa forma, no neoliberalismo veremos certo número de deslocamentos, de transformações e de inversões da doutrina liberal tradicional. Enquanto no liberalismo o poder de governar era limitado do interior do próprio Estado, no neoliberalismo a liberdade de mercado será um princípio organizador e regulador do Estado.

A Economia será uma ciência lateral em relação à arte de governar, ou seja, a partir deste momento a economia política pode se apresentar como crítica da razão governamental. “Deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 388-389), de forma que é impossível a existência de um soberano econômico. Para os neoliberais, o essencial do mercado não está mais na troca, porém na concorrência. Isto é, o que está em jogo não é mais a equivalência mas a desigualdade, de forma que a regulação econômica não é alcançada por meio da igualização, mas por um jogo de diferenças (FOUCAULT, 2008b).

No neoliberalismo não teremos um governo econômico como sonhavam os fisiocratas, mas teremos um governo de sociedade que consistirá numa política social ativa, intensa e intervencionista (FOUCAULT, 2008b). Esse intervencionismo social implicará uma renovação da unidade “empresa” como um agente econômico fundamental. Esse mesmo autor (2008b, p. 285) diz que:

uma verdadeira política social devia ser tal que, sem tocar em nada do jogo econômico e deixando, por conseguinte, a sociedade se desenvolver como uma sociedade empresarial, instaurar-se-ia um certo número de mecanismos de intervenção para assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam.

Na sociedade neoliberal, a mobilidade de um indivíduo está diretamente relacionada com um empreendimento individual, um empreendimento de si mesmo com investimento e renda – teoria do capital humano. As políticas econômicas, sociais, cul-

turais, educacionais de todos os países desenvolvidos terão como foco a modificação do nível e da forma do investimento em capital humano. Os problemas da economia do terceiro mundo, e a não decolagem da economia do terceiro mundo, também serão repensados a partir do problema do capital humano (FOUCAULT, 2008b).

Rose (1996a) diz que o neoliberalismo inventa e coloca em prática novas estratégias de governo. Dentre elas, o autor cita:

1. Uma nova relação entre *expertise* e política. Transformação das atividades – a operação de um paciente, a educação de um estudante, a promoção da entrevista do cliente com um assistente social – em termos de dinheiro, estabelecendo novas relações de poder. Rose cita o “mercado livre”, onde as relações entre cidadãos e *experts* não são organizadas nem reguladas por meio de coerção, mas através de atos de escolha. Ao falar da noção de “compradores”, ele destaca (dentre outras questões) a “autonomização” das escolas (competição no mercado de alunos, funcionamento da escola segundo a lógica da empresa).

2. Uma nova pluralização das tecnologias sociais. Processo de “desestatização do governo”. Emergência de novas formas de governo através da moldagem dos poderes e vontades de entidades autônomas, empresas, organizações, comunidades<sup>6</sup>, profissionais, indivíduos. Isto acarretou a implantação de modos de cálculo particulares nos agentes, a substituição de certas normas, como as de trabalho e dedicação, por outras, como as de competição, qualidade e demanda do cliente.

3. Uma nova especificação do sujeito de governo. A razão política precisa agora justificar-se e organizar-se, discutindo sobre as providências adequadas à existência dos indivíduos como criaturas de liberdade, direitos e autonomia. O seguro social, como princípio de solidariedade, dá lugar a um tipo de privatização do controle do risco. E o serviço social, como meio de civilização sob tutela, cede lugar ao conselheiro particular, ao manual de autoajuda e ao auxílio através da linha telefônica.

Dentro desta lógica neoliberal, o governo terá o papel de intervir e “assistir os que deles necessitam naquele momento, e somente naquele momento em que deles necessitam” (FOUCAULT, 2008b, p. 285), de forma que a liberdade de mercado será um princípio organizador e regulador do Estado. O ideal (para o jogo neoliberal) seria se todos os indivíduos assistidos por uma política

---

6 Em sua dissertação de mestrado (KLAUS, 2004), foi abordada a questão da comunidade como uma forma de espacialização do governo na contemporaneidade. Para tal, foram utilizados estudos realizados por Rose (1996b) e Bauman (2003).

social intervencionista desejassem permanecer no jogo e fizessem os movimentos necessários para que isso acontecesse.

A inclusão é uma estratégia política fundamental neste sentido, pois, além de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, possibilita a sua circulação e mobilidade. Ou seja, procura fazer com que todos participem e permaneçam (pelo maior tempo possível) nas redes sociais e de mercado.

### 2.3 O imperativo da inclusão e o princípio da gestão

*Os indivíduos e coletividades vêm sendo cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido mais amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo “progresso” se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade.*  
Gadella

Pensamos ter deixado claro até aqui que entendemos a inclusão na atualidade como um imperativo de Estado, ou seja, como um princípio que demanda ações do Estado sobre a população que quer governar. Mobilidade, acessibilidade e, por último, equidade foram constituídos como elementos fundamentais para que a inclusão universal se instituisse como uma forma de vida.

Importa dizer que, nessa seção, queremos tratar de forma mais contundente da questão da inclusão escolar, que se tornou, da mesma forma, um imperativo de Estado. Como tal, ela se transforma em política educacional, entendendo-se política como

uma declaração das intenções do governo. Trata-se de algo que tem um propósito, que é dirigido a um problema, necessidade ou ação, especificando princípios e ações projetadas para cumprir as metas desejadas (DOHERTY, 2008, p. 207).

Dessa forma, as políticas educacionais inclusivas que, inicialmente, apresentavam a inclusão de alunos com necessidades especiais em classes regulares como uma alternativa possível entre outras, hoje trazem a questão como única alternativa para pensarmos a educação daqueles sujeitos que não se enquadram em um padrão de normalidade, no ideal de aluno médio para o qual a escola foi pensada. Os modelos anteriormente utilizados, das escolas especiais, das classes especiais dentro de classes regulares, são hoje vistos como lembranças remotas de um passado de práticas excludentes. A inclusão, na maioria



das vezes, é pensada de forma binária, ou seja, incluídos são aqueles que estão do lado de dentro da escola regular; excluídos são aqueles que se encontram do lado de fora. Como preocupação biopolítica, a inclusão escolar incide sobre o corpo-espécie da população escolar, regulando suas condutas a partir de um imperativo de Estado, que vai transformar a inclusão em um princípio pedagógico, talvez o mais pungente nesses tempos em que vivemos. Veiga-Neto (2008, p. 21) nos mostra que

tomar a inclusão como um imperativo deriva do entendimento de que ela é algo natural, algo que sempre esteve aí e que, uma vez perdida – por obra de certos arranjos sociais e principalmente econômicos –, deve ser agora resgatada.

Se essa suposta inclusão perdida deve ser resgatada, esse processo deve se dar a partir de uma gestão da escola que tenha como princípio a inclusão de todos no sistema educacional. Dito de outra forma, de um imperativo de Estado a inclusão se transforma em um princípio pedagógico que vai ser colocado em funcionamento a partir de práticas de gestão escolar ancoradas em uma racionalidade neoliberal. Mas como se dá esse processo?

De acordo com Hattge (2007a), imersa nessa nova ordem mundial a que Hardt e Negri (2001) chamam de Império<sup>7</sup>, a escola, essa maquinaria moderna de captura de determinados indivíduos desde a mais tenra idade, vê-se agora frente a uma antiga, porém renovada missão: incluir todos. Nesse processo de inclusão, podemos distinguir três movimentos apontados pelos mesmos autores, a saber: a incorporação, a diferenciação e a administração da diferença.

Em um primeiro movimento de inclusão nas escolas, vemos acontecer a incorporação de todos ao sistema, ou seja, matriculamos todos os alunos. O Ministério da Educação divulga em propagandas de rádio, televisão e mídia impressa que as escolas estão se preparando para receber alunos com deficiência. Todos são chamados a fazer parte da escola. Todos são convidados, ou melhor dizendo, convocados a frequentar essa instituição que se constitui em um dos grandes pilares sobre os quais se forjou a sociedade moderna. Esse é o momento inicial da inclusão.

Porém, isso não basta, não é o suficiente. Nesse momento é preciso diferenciar uns dos outros. Precisamos conhecer a “síndrome”, a “dificuldade”, o “desvio”, a “carência”, a “etnia”, ou seja, precisamos falar sobre esses sujeitos, construir saberes de modo a conhecê-los, suas características, seus desvios, suas

---

7 A soberania tomou nova forma, composta por uma série de organismos nacionais e supranacionais, unidos por uma lógica ou regra única. Essa nova forma global de economia é o que chamamos de Império (HARDT e NEGRI, 2001, p. 12).

(im) possibilidades, (des) ajustes. Precisamos saber o quanto cada um deles se afasta daquela zona de normalidade criada pela escola e por outras instituições sociais. De posse de todos esses saberes, sentimo-nos aptos a classificar esses sujeitos. Essa classificação remete-nos ao terceiro movimento, que é o de administrar, gerenciar essa diferença. Daí as discussões em torno da gestão educacional, termo que designa “um modo de gerenciar a escola buscando a superação da noção de administração escolar<sup>8</sup>” (HATTGE, 2007b, p. 64).

Desse modo, a inclusão é colocada em funcionamento, gestada, “administrada” através do princípio da gestão. Nunca se falou tanto na necessidade de sujeitos gestores, empreendedores, sujeitos empresários de si mesmos. É como se o sujeito empresário de si mesmo e o empresariamento da sociedade fossem a grande solução para todas as mazelas sociais.

Na atualidade, todos devem fazer parte do jogo neoliberal, ou seja, ninguém deve ser deixado de fora. Isso se dá porque o neoliberalismo necessita da circulação e da mobilidade dos indivíduos de forma que a sua máxima é a inclusão do maior número de pessoas nas malhas do poder. Porém, a mobilidade de um indivíduo na atualidade está diretamente relacionada com um empreendimento de si mesmo com investimento e renda – sujeito empresário de si mesmo. O ideal seria se cada indivíduo pudesse e desejasse ser gestor do seu próprio desenvolvimento. Que cada indivíduo pudesse ver a si mesmo como uma microempresa na qual necessita fazer investimentos constantes. Investimentos estes que não são mais pensados de maneira global como o eram anteriormente – lógica da igualdade social. O que movimenta o neoliberalismo é justamente um grau de diferenciações, o que é muito produtivo e econômico. Em nome da equidade, cada indivíduo passa a ser um caso particular, específico, que precisa ser visto em suas especificidades.

E é justamente neste ponto que ocorre uma articulação interessante entre inclusão e gestão. Em tempos de volatilidade, mobilidade, desacartabilidade, velocidade, assiste-se a um verdadeiro “empresariamento da sociedade”. Cada um deve ser responsável pela sua própria vida: sujeito gestor, sujeito empresário de si.

Na sociedade neoliberal transformar o Estado em uma grande empresa é muito mais econômico, eficiente, produtivo e lucrativo. Os sujeitos devem ser responsáveis pelo progresso social e pela realização pessoal de suas próprias vidas, ou seja, sujeitos “empresários de si mesmos”. Nesse cenário, os discursos sobre empreendedorismo e gestão são fundamentais.

---

8 Para aprofundar a discussão, sugerimos a leitura de Hattge (2007b) e Klaus (2009).

O *homo oeconomicus* neoliberal é um empresário de si mesmo, ele é o homem da empresa e da produção. Suas competências, aptidões e habilidades constituem o seu próprio capital; ele se vê induzido a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo uma relação na qual ele se reconhece e reconhece aos outros como uma microempresa, de forma que ele precisa fazer constantemente investimentos em si mesmo e avaliar o custo/benefício que suas decisões implicam (GADELHA, 2009b). Mas essa lógica de mercado é aplicável tanto à esfera individual quanto às demais esferas da vida social. “O mercado competitivo passou a ser a nova referência não somente da economia, mas de todas as demais instâncias sociais” (CANDIOTTO, 2010).

Da mesma forma a escola deve ser gerida como uma empresa. A maior parte dos manuais de gestão escolar propõe uma gestão que se constitui na articulação entre os discursos empresarial e educacional. O diretor é apresentado como aquele gestor que será o grande líder, que, além de ser responsável pelas demandas financeiras a partir da autonomia<sup>9</sup> financeira concedida pelo governo à escola, deve estabelecer metas para sua equipe a partir dos resultados da escola, analisando esses dados como o líder de uma empresa. Porém, de outro lado, como educador, deve conhecer os alunos, acompanhar o seu aprendizado, estar próximo às famílias. O diretor vai gerir essa escola autônoma, participativa e autogerida. Ao mesmo tempo em que as escolas passam por um processo de autonomização, cria-se todo um sistema de controle que, segundo Narodowski (1999), permite a reestatização da escolarização através de um ranking que analisa os graus de eficiência empregados no interior da instituição escolar de forma que as escolas pior avaliadas modifiquem os rumos adotados. Esse autor diz que (1999, p. 108) “em um mundo avaliador, ser avaliado significa existir”. Como em toda “boa” empresa, na escola também os níveis de desempenho são fundamentais, pois indicam os rumos a seguir.

Dentro dessa lógica, a inclusão de todos no sistema educacional, frequentando a escola regular vai possibilitar a produção de “subjetividades inclusivas” (MENEZES, 2010), conforme passamos a mostrar na próxima seção.

## 2.4 Sobre a produção de subjetividades inclusivas

*A educação tem constituído um dos alvos prioritários do assalto neoliberal às instituições sociais inclusivas do moderno estado capitalista. Não por acaso: a educação é a instituição social universal por excelência, (...) e evidentemente, (...) está situada numa posição estratégica para qualquer projeto de mu-*

9 Para uma discussão a esse respeito sugerimos a leitura de Hattge (2009).

*dança radical do político e do social. (...) A educação não está apenas no centro do projeto educacional moderno, ela está no centro dos problemas de governamentalidade do moderno estado capitalista.*

Tomaz Tadeu da Silva

Procuramos mostrar até aqui as relações que podemos estabelecer entre o neoliberalismo, a inclusão e a gestão. Nessa última seção, nosso objetivo é mostrar de que forma a inclusão escolar é colocada em funcionamento através da gestão, mobilizando a produção de subjetividades inclusivas, dentro de uma racionalidade neoliberal. Segundo Menezes, (2010, p. 4),

as subjetividades que eu nomeio como inclusivas podem ser identificadas, entre outras características, com aquelas que: tenham condições de acesso, sem restrições, da vida social; sintam-se estimulados, pela oferta de *igualdade de oportunidades*, ao autoinvestimento, desenvolvendo assim suas habilidades e competências; pelo desenvolvimento de suas habilidades e competências, alcancem *autonomia* em suas ações para que possam bem usufruir do acesso que lhes é ofertado, tornando-se assim sujeitos capazes de concorrência e tenham como princípio orientador a *necessidade de ocupar-se de si e dos outros para que todos tenham condições* de participação da vida em sociedade. (Grifos do autor.)

Entendemos que a gestão escolar mobiliza determinadas estratégias para governar a conduta dos sujeitos escolares. A gestão educacional pode ser definida como um campo de saber que se utiliza de determinados discursos, entre eles o educacional e o empresarial, para, dentro de uma lógica neoliberal de empresariamento da educação, mobilizar certas estratégias, fazer funcionar determinados dispositivos que seriam os responsáveis por conduzir toda uma comunidade escolar para um determinado fim.

Nesse sentido, a inclusão de todos na escola torna-se um princípio colocado em funcionamento por meio da gestão, mobilizando estratégias de governo e autorregulação que vão conduzir as condutas dos sujeitos escolares no sentido da produção de subjetividades inclusivas, que serão úteis não somente no interior da escola, mas em todo o tecido social. Dessa forma, a inclusão passa a ser “consolidada como diretriz de conduta das práticas escolares, (...) e como diretriz de conduta dos indivíduos para a vida em sociedade” (MENEZES, 2010, p. 6).

Todos nós circulamos em espaços variados e precisamos nos ocupar dos outros e de nós mesmos. Tal forma de ocupação dos outros e de nós mostra não só a sociedade sendo agenciada pelas políticas de inclusão, como também mostra as formas

de sermos capturados individualmente pelo Estado que se regula pelo princípio da inclusão universal em operação por distintas estratégias e ações biopolíticas. Pode-se dizer que a inclusão é um imperativo fundamental, pois permite o funcionamento da governamentalidade neoliberal, colocada em ação na escola através da gestão biopolítica da população escolar.

Em sua pesquisa de mestrado, ao estudar as estratégias de governo colocadas em ação pelo Programa Escola Campeã<sup>10</sup>, Hattge (2007b) diz que a gestão educacional tem colocado em funcionamento uma série de estratégias que se constituem em “tecnologias do eu”, que vão incidir sobre os sujeitos escolares de modo a subjetivá-los a fim de que possam melhor gerenciar suas vidas, de acordo com os objetivos dessa sociedade neoliberal. As “tecnologias do eu” dizem respeito às relações que o sujeito estabelece consigo mesmo. Esse conceito, trabalhado por Michel Foucault, é trazido por Esther Díaz (1993, p. 73, tradução do espanhol) como “práticas por meio das quais os indivíduos buscam operar transformações em suas próprias vidas”. Jorge Larrosa (2000, p. 43), por sua vez, trata dessa experiência de si como “aquilo a respeito do qual o sujeito se oferece seu próprio ser quando se observa, se decifra, se interpreta, se descreve, se julga, se narra, se domina, (...) com relação a certas problematizações e no interior de certas práticas”. Nesse sentido uma série de práticas bastante comuns nas escolas, como aquelas em que se aplicam, de acordo com Bujes (2002, p. 167), “técnicas ou mecanismos de autovigilância, de autoavaliação, de autonarração (de confissão), que têm como efeito a construção e a transformação da consciência de si”, podem ser entendidas como tecnologias do eu, que vão operar processos de subjetivação através do governo dos sujeitos; no caso da escola, os sujeitos escolares, ou seja, os alunos, professores, equipe diretiva, funcionários. Ninguém fica de fora.

Todo esse conjunto de estratégias colocadas em funcionamento por meio dos processos de gestão da escola, que vão lançar mão de um determinado conjunto de tecnologias do eu, com o objetivo de transformar em um princípio pedagógico o imperativo da inclusão, vai operar na fabricação de subjetividades inclusivas. Trazendo mais uma vez Menezes (2010, p. 6), essas subjetividades inclusivas “são produzidas tendo como imperativo a necessidade de se ocuparem de si e dos outros para que todos tenham condições de participação da vida em sociedade”.

---

10 O Programa Escola Campeã é um programa de gestão educacional, criado em parceria com Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil, tendo como objetivo superar o fracasso escolar, a evasão, a repetência e o analfabetismo através de uma gestão escolar eficiente. O programa foi implementado inicialmente em 47 municípios de todo o Brasil, entre os anos de 2001 e 2004, numa parceria com as prefeituras municipais e suas secretarias de educação.

Participar da vida em sociedade significa, como já procuramos mostrar, fazer parte do jogo neoliberal, em consumir e escolher a partir de um dado conjunto de opções colocadas ao sujeito, possibilitando a circulação e a mobilidade nas redes sociais e de mercado. Para além de uma questão de direitos humanos, reside aí a produtividade dos processos de inclusão colocados em ação pela gestão neoliberal da escola. Eles possibilitam que a mobilidade e a circulação dos sujeitos ultrapassem os limites arquitetônicos da instituição escolar e permitam a inclusão de todos em um sistema de mercado no qual todos devem ter espaço, todos devem ter condições de se movimentar livremente e de produzir e consumir de acordo com as regras do jogo neoliberal.

## Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2005.

\_\_\_\_\_. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial. MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. MDS/SNAS, 2004.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. *Governando a subjetividade: a constituição do sujeito infantil no RCN/El*. In: Revista Pro-Posições. São Paulo: Unicamp, vol 13, n.1 (37) – Jan/abr. 2002, p. 163-175.

CANDIOTTO, Cesar. *A governamentalidade política no pensamento de Foucault*. In: Revista Filosofia Unisinos. São Leopoldo: jan/abr, 2010, p. 33-43.

CASTEL, Robert. *As armadilhas da exclusão*. In: CASTEL, Robert. WANDERLEY, Luiz Eduardo W. BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. (org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 2007, p. 17-50.

DÍAZ, Esther. Michel Foucault: los modos de subjetivación. Buenos Aires: Almagesto, 1993.

DOHERTY, Robert A. *Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade*. In: Por que Foucault? Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ESCOLA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO. *Projeto Político-Pedagógico*. Novo Hamburgo, 2002. (Digitado)

EWALD. François. Foucault, a norma e o direito. 2. ed. Lisboa: Vega, 2000.

- FOUCAULT, Michel. *O Sujeito e o Poder*. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- \_\_\_\_\_. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Dits et Écrits IV (1980, 1988)*. Paris: Gallimard, 2006, p. 178-182.
- \_\_\_\_\_. *Segurança, território e população: Curso no Collège de France: 1977-1978*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *Nascimento da biopolítica: Curso no Collège de France: 1978-1979*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- GADELHA, Sylvio. *Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo*. Porto Alegre. Revista Educação & Realidade, v. 34, n. 2, mai./ago. p. 171-186, 2009b.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HATTGE, Morgana Domênica. *A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle do risco social*. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. In/exclusão: nas tramas da escola. Canoas: Ulbra, 2007a, p. 189-200.
- \_\_\_\_\_. *Escola Campeã: estratégias de governo e autorregulação*. Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007b.
- \_\_\_\_\_. *Empresariamento da Educação e autonomia escolar: estratégias de governo na escola inclusiva*. In: LOPES, Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- KLAUS, Viviane. *A Família na Escola: uma aliança produtiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Gestão democrática da escola pública e governamentalidade (neo) liberal*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Proposta de tese (doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- LARROSA, Jorge. *Tecnologias do Eu e Educação*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). O sujeito da Educação: Estudos Foucaultianos. Petrópolis, Vozes, 4 ed. 2000.
- LOCKMANN, Kamila. *Inclusão Escolar: saberes que operam para governar a população*. Porto Alegre, UFRGS, 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- LOPES, Maura Corcini. *Políticas de inclusão e governamentalidade*. In: Revista Educação & Realidade, V.1, n.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2009, p. 153-169.

MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. A fabricação de subjetividades inclusivas: efeitos da aliança entre a racionalidade política neoliberal e a escola. Texto inédito. 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Política Nacional de Assistência Social*. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acessado em: 10 de outubro de 2009.

NARODOWSKI. *Después de clase: desencantos y desafíos de la escuela actual*. Buenos Aires: Novedades Educativas, 1999.

REVISTA NOVA ESCOLA. São Paulo: Editora Abril, Ano XX, Nº182, maio 2005.

ROSE, Nikolas. *El gobierno en las democracias liberales "avanzadas": del liberalismo al neoliberalismo*. Archipiélago: Cuadernos de crítica de la Cultura. Barcelona: Archipiélago, 25-41, Verano 1996a.

\_\_\_\_\_. *The death of the social? Re-figuring the territory of government*. *Economy and Society*, n.25, v.3, p. 327-356, Aug. 1996b.

\_\_\_\_\_. *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 30-45.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O projeto educacional moderno: identidade terminal?* In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre, Sulina, 1995, p. 245-260.

TRAVERSINI, Clarice Saete; BELLO, Samuel Edmundo López. *O Numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar*. In: *Revista Educação & Realidade*, V.1, n.1. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2009, p. 135-152.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Incluir para excluir*. In: LARROSA, Jorge, SKLIAR, Carlos. *Habitantes de babel: políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.105 – 138.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Neoliberalismo, império e políticas de inclusão – Problematizações iniciais*. In: RECHIO, Cinara Franco; FORTES, Vanessa Gadelha (orgs.) *A Educação e a Inclusão na Contemporaneidade*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.



## TEMAS DOS CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – Dr. José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Dra. Edla Eggert  
*O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo* – MS Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Jornalista Sonia Montañó
- N. 04 *Ermani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Prof. Dr. Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Dr. Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Prof. Dr. Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Profa. Dra. Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Profa. Dra. Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Prof. Dr. Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Prof. Dr. Édison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Profa. Dra. Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Profa. Dra. Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Profa. Dra. Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Prof. Dr. Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Profa. Dra. Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Profa. Dra. Débora Kruschke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Profa. Dra. Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Profa. Dra. Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Prof. Dr. Oswaldo Giacóia Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Profa. Dra. Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Prof. Dr. Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Prof. Dr. Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Profa. Dra. Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Profa. Dra. Nísia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – MS Rosa Maria Serra BavareSCO
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Prof. Dr. Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – Prof. MS José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Prof. Dr. Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – Prof. Dr. André Gorz
- N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – Prof. Dr. André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Profa. Dra. Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Prof. Dr. Airon Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Prof. Dr. Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Prof. Dr. Luiz Mott.
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Prof. Dr. Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – MS Adriana Braga
- N. 41 *A (ant)filosofia de Karl Marx* – Profa. Dra. Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Prof. Dr. Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva & Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Prof. Dr. Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado mineiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Profa. Dra. Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Prof. Dr. Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Prof. Dr. Gérard Donnadiu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Prof. Dr. Geraldo Monteiro Sigaud

- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Prof. Dr. Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élda Azevedo Hennington & Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Prof. Dr. Thomas Kesselring
- N. 53 *Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral?* – Prof. Dr. Adriano Naves de Brito
- N. 54 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 55 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – Profa. Dra. An Vranckx
- N. 56 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 57 *O decrescimento como condição de uma sociedade convívial* – Prof. Dr. Serge Latouche
- N. 58 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Prof. Dr. Günter Küppers
- N. 59 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Dra. Hazel Henderson
- N. 60 *Globalização – mas como?* – Profa. Dra. Karen Gloy
- N. 61 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – MS Cesar Sanson
- N. 62 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Verissimo* – Profa. Dra. Regina Zilberman
- N. 63 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Prof. Dr. Fernando Lang da Silveira e Prof. Dr. Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 64 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Addressa da Silva
- N. 65 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Prof. Dr. Artur Cesar Isaia
- N. 66 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 67 *Adoecer: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 68 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. João Guilherme Barone
- N. 69 *Contingência nas ciências físicas* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 70 *A cosmologia de Newton* – Prof. Dr. Ney Lemke
- N. 71 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Prof. Dr. Fernando Haas
- N. 72 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Profa. Dra. Miriam de Souza Rossini
- N. 73 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Profa. Dra. Léa Freitas Perez
- N. 74 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Prof. Dr. Eduardo F. Coutinho
- N. 75 *Raça, nação e classe na historiografia de Moisés Vellinho* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 76 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Prof. MS Carlos Henrique Nowatzki
- N. 77 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Profa. Dra. Ana Maria Lugão Rios
- N. 78 *Progresso: como mito ou ideologia* – Prof. Dr. Gilberto Dupas
- N. 79 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Prof. Dr. Octavio A. C. Conceição
- N. 80 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Prof. Dr. Moacyr Flores
- N. 81 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Prof. Dr. Arno Alvarez Kern
- N. 82 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Profa. Dra. Gláucia de Souza
- N. 83 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de “sindicalismo populista” em questão* – Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
- N. 84 *Dimensões normativas da Bioética* – Prof. Dr. Alfredo Culleton & Prof. Dr. Vicente de Paulo Barretto
- N. 85 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Prof. Dr. Attico Chassot
- N. 86 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Profa. Dra. Patrícia Almeida Ashley
- N. 87 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Prof. Dr. Mario Fleig
- N. 88 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Profa. Dra. Maria Eunice Maciel
- N. 89 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Prof. Dr. Marcelo Perine
- N. 90 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Prof. Dr. Laurício Neumann
- N. 91 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Profa. Dra. Maria Cristina Bohn Martins
- N. 92 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Prof. Dr. Franklin Leopoldo e Silva
- N. 93 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 94 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Prof. Dr. Carlos Alberto Steil
- N. 95 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – MS Cesar Sanson
- N. 96 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Prof. Dr. Peter A. Schulz
- N. 97 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – MS Enildo de Moura Carvalho
- N. 98 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Profa. Dra. Marinês Andrea Kunz
- N. 99 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – MS Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 100 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Dra. Vanessa Andrade Pereira
- N. 101 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Prof. Dr. Valerio Rohden
- N. 102 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 103 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – MS Adriano Premebida
- N. 104 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Profa. Dra. Eliane Schlemmer
- N. 105 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Prof. Dr. Roberto Camps Moraes
- N. 106 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Prof. MS Marcelo Pizarro Noronha

- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Profa. Dra. Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Profa. Dra. Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, termo e democrático?* – Prof. Dr. Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Prof. Dr. Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Prof. Dr. Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Prof. Dr. Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – MS Sonia Montaño
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Prof. MS Carlos Daniel Baioto
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques & Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral & Nedio Seminotti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth* – Karl-Josef Kuschel
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet & Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A phília como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira & Éderson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklass Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke & Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada



**Maura Corcini Lopes** possui graduação em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), mestrado e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, atuante no Programa de Pós-Graduação em Educação e nos Cursos de Licenciatura. É coordenadora do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos (Gipes/CNPq) e vice-coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi/CNPq).



**Kamila Lockmann** possui graduação em Pedagogia com habilitação em Supervisão e Administração Escolar pela Universidade Feevale. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É doutoranda em Educação (UFRGS – bolsista Capes). Possui experiência em ensino superior, séries iniciais e coordenação pedagógica. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Pós-Modernidade (GEPCPós/UFRGS) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi/CNPq).



**Morgana Domênica Hattge** possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Especialista em Gestão Educacional pelas Faculdades de Taquara (Faccat). Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutoranda em Educação (Unisinos – bolsista Capes). É supervisora Escolar na Escola de Educação Básica Feevale – Escola de Aplicação. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi/CNPq).



**Viviane Klaus** possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutoranda em Educação (UFRGS). Também é professora do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). É integrante da Equipe de Formação Docente (Unisinos), do Grupo de Estudos e Pesquisas em Currículo e Pós-Modernidade (GEPCPós/UFRGS) e do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (Gepi/CNPq).

#### **Algumas publicações das autoras**

HATTGE, Morgana Domênica. *A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle do risco social*. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Cláudia. In/exclusão: nas tramas da escola. Canoas: ULBRA, 2007a, p. 189-200.

HATTGE, Morgana Domênica. *Empresariamento da Educação e autonomia escolar: estratégias de governo na escola inclusiva*. In: LOPES,

Maura Corcini; HATTGE, Morgana Domênica. *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HATTGE, Morgana Domênica. *A gestão da inclusão na escola e a formação continuada de professores*. In: KLEIN, Rejane Ramos; HATTGE, Morgana Domênica. *Inclusão Escolar: implicações para o currículo*. São Paulo: Paulinas, 2010.

KLAUS, Viviane. *Família, escola e capilarização do Estado*. In: SARAIVA, Karla; SANTOS, Iolanda Montano dos (orgs). *Educação contemporânea & artes de governar*. Canoas: Ulbra, 2010, p. 37-59.

KLAUS, Viviane. *Escola, Modernidade e Contemporaneidade*. In: LOPES, Maura Corcini. HATTGE, Morgana Domênica (org.). *Inclusão escolar conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 185-205.

KLAUS, Viviane. *A constituição da Escola Moderna e o processo de exclusão das diferentes culturas*. In: BOBSIN, Oneide; HAMMES, Lúcio Jorge; WITZKE, Dilceu Locir (orgs.). *Entre o sonho e a realidade: estudo sobre a pobreza e a condição social nas áreas invadidas em São Leopoldo*. São Leopoldo: Oikos, 2007, p. 85-104.

LOCKMANN, Kamila. KLEIN, Madalena. *Estratégias Discursivas no Governo da Diferença Surda em práticas de inclusão escolar*. In: THOMA, Adriana da Silva. KLEIN, Madalena. *Currículo e Avaliação: a diferença surda na escola*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.

LOPES, Maura Corcini. SILVEIRA, Patrícia Bortoncello. *Não-aprendizagem e (in)disciplina na escola moderna*. In: LOPES, Maura Corcini. FABRIS, Eli Henn. (org.). *Aprendizagem & inclusão: implicações curriculares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LOPES, Maura Corcini. VEIGA-NETO, Alfredo. *Marcadores culturais surdos*. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa. LOPES, Maura Corcini. (org.). *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: Uduisc, 2010.

LOPES, Maura Corcini. *Inclusão como prática política de governamentalidade*. In: LOPES, Maura Corcini. HATTGE, Morgana Domênica (org.). *Inclusão escolar conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 107-130.

LOPES, Maura Corcini. *Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade*. LOPES, Maura Corcini. DAL'IGNA, Maria Cláudia. (org.). *In/exclusão nas tramas da escola*. Canoas: Ulbra, 2007.

LOPES, Maura Corcini. *Surdez & educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOPES, Maura Corcini. *O lado perverso da inclusão – a exclusão*. In: FÁVERO, Altair Alberto. DALBOSO, Cláudio Almir. MARCON, Telmo (org.). *Sobre filosofia e educação: racionalidade e tolerância*. Passo Fundo: UPF, 2006.